

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.687 - RS (2019/0312060-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : JORGE ANTONIO REMEDI GUERRA
ADVOGADOS : ANDERSON RICARDO LEVANDOWSKI BELLOLI - RS081110
DIRNEI LEVANDOWSKI XAVIER - SC053470
RECORRIDO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : ELÓI CONTINI - RS035912
TADEU CERBARO - RS038459

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DE SUPOSTA OFENSA A DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. OMISSÃO RELEVANTE. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO PROFERIDO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RETORNO DOS AUTOS À SEGUNDA INSTÂNCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JORGE ANTONIO REMEDI GUERRA, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, no qual se insurge contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 216):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO.

A decisão que posterga a análise do pedido liminar não possui conteúdo decisório, tratando-se de despacho de mero expediente, razão pela qual é irrecorrível, nos termos do artigo 1.001 do Código de Processo Civil. Precedentes desta Corte.

Inviável a concessão do benefício da Assistência Judiciária Gratuita quando o postulante possui rendimentos mensais superiores a cinco salários mínimos nacionais. Precedentes jurisprudenciais desta Corte.

CONHECERAM PARCIALMENTE DO RECURSO, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, NA PARTE EM QUE CONHECIDO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 258-262).

No recurso especial, o recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 5º, LIV, LV e LXXIV, e 93, IX, da CF; e 98, 99, 489, II, e 1.022 do

novo CPC.

Esclarece que se opõe ao acórdão que indeferiu seu pedido de gratuidade de justiça. Frisa que a conclusão da segunda instância foi equivocada, pois a análise da hipossuficiência não pode ter como base apenas o fato de o insurgente auferir renda bruta superior a 5 (cinco) salários mínimos. No ponto, salienta que deve ser verificada a sua real condição financeira. Argumenta que está provada a sua impossibilidade de arcar com os custos da demanda, razão por que lhe deve ser deferida a assistência judicial gratuita. Afirma existirem pontos omissos no julgado, não sanados mesmo após o julgamento dos embargos de declaração (e-STJ, fls. 268-318).

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 390-394).

Juízo positivo de admissibilidade do apelo especial juntado às fls. 397-406 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

É tranquila a jurisprudência deste Tribunal Superior no sentido de que não cabe a apreciação de suposta ofensa a dispositivos da Constituição Federal em recurso especial, pois esse mister se encontra reservado à Suprema Corte.

O acórdão proferido no julgamento do agravo de instrumento indeferiu o pedido de gratuidade de justiça justificando que a declaração de renda do recorrente demonstraria que este receberia quantia superior a 5 (cinco) salários mínimos mensais.

Veja-se (e-STJ, fls. 219-220):

Em que pese as alegações do agravante de que não possui condições financeiras para enfrentar as despesas do processo, a declaração de renda demonstra que o recorrente percebe mensalmente valor bruto superior a cinco salários mínimos mensais.

Esta Câmara, em consonância com o entendimento dominante desta Corte, passou a adotar o critério de 05 (cinco) salários mínimos mensais para o deferimento da AJG, ressalvado o posicionamento anteriormente defendido, de que o valor a ser observado deveria ser de 10 (dez) salários mínimos.

[...]

No caso dos autos, a parte recorrente ostenta renda mensal que não se coaduna com a pretensão, porquanto o benefício é destinado aos necessitados, conforme artigo 1º, da Lei da Assistência Judiciária.

Questionada essa conclusão em embargos de declaração, a segunda instância limitou-se a afirmar que o julgado estava devidamente fundamentado, pois o recebimento de tal quantia inviabilizaria o reconhecimento da hipossuficiência.

Todavia, o STJ entende pelo "descabimento da aferição da hipossuficiência financeira do requerente da gratuidade da justiça com base no critério objetivo da renda mensal superior a 5 (cinco) salários mínimos" (AgInt no REsp 1.468.339/RS, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 6/12/2016, DJe 19/12/2016).

Isso porque "a decisão sobre a concessão da assistência judiciária gratuita amparada em critérios distintos daqueles expressamente previstos na legislação de regência, tal como ocorreu no caso (renda do autor), importa em violação aos dispositivos da Lei nº 1.060/1950, que determinam a avaliação concreta sobre a situação econômica da parte interessada com o objetivo de verificar a sua real possibilidade de arcar com as despesas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família" (AgInt no AgInt no AREsp 868.772/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 13/9/2016, DJe 26/9/2016).

Nesse contexto, ciente de que o indeferimento da gratuidade de justiça foi fundado unicamente no recebimento de renda superior a 5 (cinco) salários mínimos e que, embora opostos embargos de declaração, não foi apurada a real condição financeira do recorrente, a fim de demonstrar ou não sua possibilidade de arcar com os custos do processo, é de rigor o reconhecimento de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do novo CPC.

Isso impõe o retorno dos autos à segunda instância para reexaminar a situação econômico-financeira do pleiteante, se ele teria ou não como pagar as despesas processuais, sem comprometer seu sustento e de sua família.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM DANOS MORAIS. JULGAMENTO POR DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA N. 568/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, II, DO CPC/2015. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. DECISÃO MANTIDA.

1. "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema" (Súmula n. 568 do STJ).

2. Deixando a Corte local de se manifestar sobre questões relevantes apontadas em embargos de declaração que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo, tem-se por configurada a violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, devendo ser provido o recurso especial, com determinação de retorno dos autos à origem, para que seja suprido o vício.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1679541/PE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 30/08/2019)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, a fim de anular o julgamento dos embargos de declaração, devendo o Tribunal estadual verificar a real condição financeira do recorrente e sua capacidade de arcar com os custos do processo, sem prejuízo do seu sustento e de sua família.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator